

BANCOS ESTADUAIS

Acordo do Banespa terá resistência no Senado

Sarney afirma ter dúvidas sobre condições que beneficiam governo paulista e prevê tramitação demorada para pedido de autorização de empréstimo

CLÁUDIA CARNEIRO

BRASÍLIA — O acordo fechado entre o Banco Central e o governo de São Paulo para o saneamento do Banespa deverá enfrentar resistências dentro do Senado. Numa antecipação das dificuldades para sua aprovação, o presidente da Casa, José Sarney (PMDB-AP), afirmou ontem ter dúvidas sobre o favorecimento ou não ao governo paulista com prejuízos para a União.

“Restam dúvidas sobre esse acordo”, disse Sarney. “Eu mesmo tenho indagações se não houve favoritismo, má gestão, inutilidade da intervenção feita pelo Banco Central e a inclusão das dívidas de companhias estatais.” O presidente do Senado previu que o debate sobre o Banespa “será técnico e político”.

O Banco Central já recebeu do governador Mário Covas ofício solicitando que seja encaminhado, ao Senado, o pedido de autorização para que o governo paulista contrate empréstimo do Tesouro Nacional, a fim de refinar parte da dívida do Estado com

o Banespa. Mas o Banco Central ainda aguarda mais documentação de São Paulo para enviar a proposta ao Senado.

A dívida a ser refinanciada é de R\$ 7,5 bilhões. Como há a necessidade de emissão de títulos do Tesouro para a operação, cabe exclusivamente ao Senado autorizar tanto a emissão quanto o empréstimo. Baseado nas reações de diversos senadores e nas próprias dúvidas, Sarney acredita que o governo terá de trabalhar muito, se quiser acelerar a tramitação da proposta na Casa.

Por acordo de líderes, nenhum empréstimo pedido por governos estaduais aos cofres da União poderá tramitar em regime de urgência. Portanto, a mensagem que o governo deverá enviar ao Senado nas próximas semanas terá de passar por votação na Comissão de Assuntos Econômicos, que tem prazo mínimo de 30 dias, para depois ser enviada à Mesa do Senado. A co-

missão prepara um projeto de resolução que é publicado pela Mesa e, três dias depois, entra na lista de propostas para a ordem do dia. Mas só depois de 15 dias fica pronto para ser votado pelo plenário.

Explicações — O acordo do Banespa terá obstáculos já no início de sua tramitação. Integrante da Comissão Assuntos Econômicos, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) antecipou que vai propor o comparecimento do governador Mário Covas e do presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, para explicações. Suplicy chegou a conversar com Covas sobre a importância de sua presença na comissão para explicar o que representará essa operação e falar sobre o patrimônio do Estado e sua capacidade de gerar receita para o pagamento da dívida. “É importante que Covas exponha também a história desse endividamento”, sugeriu.

Quanto ao Banco Central, Suplicy pretende acirrar o debate e obter resposta para as dívidas contraídas pelo setor privado no Banespa. “Precisamos que o Banco

Central responda pessoalmente à comissão o valor dessa dívida e qual o tratamento que deu aos inadimplentes do Banespa, antes que esse pedido de empréstimo vá para votação”, afirmou. Suplicy acredita que, saneadas as dúvidas, os senadores terão “elementos para votar rapidamente a proposta, sem sofreguidão, porque a cada dia o Estado de São Paulo tem de pagar altos juros”.

O PT será um dos partidos a dificultar mais a aprovação do empréstimo. Afinado com Suplicy, o líder da bancada, José Eduardo Dutra (SE), disse que vai cobrar uma posição clara do governo sobre as circunstâncias que levaram o Banespa a essa situação. “Isso induz até à punição dos responsáveis pelo rombo, incluindo diretores e governantes”, disse. Para o líder, houve “tratamento diferenciado” para o Banespa, que levará outros senadores a cobrar solução semelhante para seus problemas regionais.



O senador José Sarney: “O debate terá teor técnico e político”

Milton Michida/AE—29/1/96



O petista Suplicy: cobrança de explicações de Covas e Loyola